

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 11

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Fantasmas" de Carlos tinham endereço de Jair Bolsonaro em fichas de Receita e Câmara do Rio .....3

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Arrecadação federal sinaliza desaceleração em agosto ..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ mantém ISS fixo para bancas com atuação em arbitragem ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

A tributação do ganho de capital em IPO - OPINIÃO JURÍDICA .....7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Enlaces do espaço fiscal com o teto de gastos - LUIZ SCHYMURA .....8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Justiça vai decidir se doença dá direito a estabilidade no trabalho .....9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Jovens pagam mais - PEDRO FERNANDO NERY ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Novo IR eleva endividamento, diz estudo .....14

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil será afetado se Verdes entrarem no governo ..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Impeachment não é solução para a crise .....17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lira forma grupo para votar legalização dos jogos .....20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

OCDE tenta evitar uma guerra comercial por taxa de carbono ..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Inflação elevada e PIB mais fraco ..... 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Projeções mostram que 2022 será o ano do pibinho - MERCADO S/A .....23

Terça-Feira, 14 de Setembro de 2021

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Piora das expectativas (Editorial) ..... 25

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO  
ECONOMIA

A esquerda e a unidade - GUILHERME BOULOS ..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MUNDO  
ECONOMIA

Derrota em primárias na Argentina expõe insatisfação com Fernández ..... 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Mercado eleva projeção da taxa básica de juros para 8% em 2021 e 2022 ..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Bolsonaro dá subsídio de imóveis a policiais que ganham até R\$ 7.000 ..... 32

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

EUA descartam acordo com Brasil, diz assessor de Biden ..... 35

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

'Risco Lula' é o de o Brasil voltar a crescer (Artigo) ..... 37

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

A vez da agenda social - ANA CARLA ABRÃO ..... 39

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Dólar e desorganização na cadeia produtiva fazem preços de carros disparar ..... 41

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Cenário para déficit externo em 2022 piora ..... 42

# "Fantasmas" de Carlos tinham endereço de Jair Bolsonaro em fichas de Receita e Câmara do Rio

*Ítalo Nogueira rio de janeiro*

Uma casa do presidente Jair Bolsonaro constou no cadastro da **Receita Federal** ou da Câmara Municipal do Rio de Janeiro de quatro pessoas suspeitas de serem "funcionárias fantasmas" do vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos-RJ).

À época em que morava no local, Bolsonaro estava casado com a advogada Ana Cristina Siqueira Valle, investigada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro sob suspeita de ser a articuladora de um esquema de "rachadinha" no gabinete do vereador.

O endereço cadastrado na Receita e na Câmara é o local para onde são encaminhadas eventuais comunicações fiscais e administrativas dos funcionários de Carlos.

A informação sobre o endereço dos supostos "funcionários fantasmas" consta nos autos da investigação do MP-RJ que levou à quebra de sigilo bancário do vereador, da ex-mulher do presidente e de outras 25 pessoas e sete empresas.

A suspeita dos promotores é a de que Carlos mantinha em seu gabinete um esquema semelhante ao atribuído ao senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), pelo qual foi denunciado sob acusação de liderar uma organização criminosa, lavagem de dinheiro, peculato e apropriação indébita.

Procurada, a Secretaria de Comunicação da Presidência não respondeu ao contato da reportagem. Carlos afirmou, quando a quebra de sigilo foi divulgada, que a apuração se tratava de "fatos requentados". A defesa de Ana Cristina não se pronunciou.

A antiga casa de Bolsonaro que consta nos endereços dos ex-servidores fica na rua Professor Maurice Assuf, na Barra da Tijuca, zona oeste do Rio de Janeiro.

O imóvel foi adquirido pelo presidente e Ana Cristina em 2002. Ele se tornou propriedade de Bolsonaro em 2008 após a separação dos dois, e foi vendido no ano seguinte.

O presidente declarou morar no endereço ao menos em duas oportunidades, em 2002 e 2006. No primeiro caso, o endereço consta numa escritura de compra de terreno em Resende, também com Ana Cristina. No segundo, na prestação de contas de campanha à Justiça Eleitoral na eleição daquele ano.

De acordo com o MP-RJ, esse mesmo endereço consta nos cadastros de Gilmar Marques (ex-cunhado de Ana Cristina), André Luís Procópio (irmão de Ana Cristina), Andréa Siqueira Valle (irmã de Ana Cristina) e Marta da Silva Valle (cunhada de Ana Cristina).

Todos estiveram lotados no gabinete em período semelhante ao que Bolsonaro e Ana Cristina viveram na casa.

No caso de André Luís, o endereço aparece tanto no cadastro da Receita como da Câmara Municipal, de acordo com os dados a que o MP-RJ teve acesso. A antiga casa do presidente aparece nas informações fiscais de Gilmar. Já no caso de Andréa e Marta, aparece nos dados da Câmara.

Apesar de lotados na Câmara Municipal, os quatro moravam fora do Rio de Janeiro, segundo o MP-RJ, que também aponta o fato de os quatro terem sido alvos de reportagens da revista Época que indicavam os servidores como fantasmas por terem uma rotina distante da Câmara Municipal.

André Luís e Andréa viviam em Resende, segundo dados de outros cadastros. O primeiro esteve lotado no gabinete de Carlos entre 2001 e 2008 (com um intervalo de um ano fora, entre 2005 e 2006) e a segunda, de 2006 a 2008.

Gilmar e Marta viviam em cidades de Minas Gerais, de acordo com informações coletadas pelos promotores. Ele estava nomeado na Câmara entre 2001 e 2008 e ela, de 2001 a 2009.

Em maio, a 1ª Vara Criminal Especializada autorizou a quebra de sigilo bancário e fiscal de Carlos, outras 26 pessoas e sete empresas ligadas a Ana Cristina. A investigação foi aberta em junho de 2019 depois de

notícias sobre funcionários lotados no gabinete de Carlos que aparentemente não prestavam serviço para o vereador. A Folha revelou dois desses casos.

#### OUTRO LADO

Carlos diz que fato é "requeitado"; outros não comentam caso

A Presidência da República e as defesas de Carlos Bolsonaro e Ana Cristina Siqueira Valle não retornaram às chamadas da reportagem.

No dia 1º de setembro, um dia após a quebra de sigilo ser divulgada, o vereador afirmou em suas redes sociais que fatos antigos foram "requeitados".

"Na falta de fatos novos, requeitam os velhos que obviamente não chegaram a lugar nenhum e trocam a embalagem para empurrar adiante a narrativa. Aos perdedores, frustrados por não ser o que sempre foram, restou apenas manipular e mentir. É o que mais acusam e o que mais fazem!" escreveu.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**68**

# Arrecadação federal sinaliza desaceleração em agosto

*Lu Aiko Otta*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# STJ mantém ISS fixo para bancas com atuação em arbitragem

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005)

# A tributação do ganho de capital em IPO - OPINIÃO JURÍDICA

*Francisco J. Pinheiro Guimarães, Rafael Xavier Vianello  
e Thiago Paranhos Neves são advogados em São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005)

# Enlaces do espaço fiscal com o teto de gastos - LUIZ SCHYMURA

**LUIZ SCHYMURA**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# Justiça vai decidir se doença dá direito a estabilidade no trabalho

**Fernanda Brigatti**

Diagnosticado com Covid-19 em maio de 2020 e depois em junho de 2021, João Carlos, 48, ainda vive sequelas da contaminação pela doença, como fraqueza nas pernas e cansaço. Motorista dos Correios, ele calcula atender uma média de 130 pessoas por dia, entregando encomendas de um lado a outro da cidade.

Para ele, não há dúvida de que sua contaminação pelo vírus ocorreu como consequência de seu trabalho, ou seja, foi uma doença ocupacional.

Não foi como a empresa entendeu. Quando encaminhou o atestado médico, João Carlos, que pede para não ser identificado pelo nome verdadeiro, solicitou que os Correios emitissem um documento chamado CAT (**comunicado** de acidente de trabalho).

Esse documento é tido como o primeiro passo para que o benefício concedido pelo **INSS** seja classificado como acidentário, termo que identifica a origem do adoecimento no trabalho.

A diferença mais importante entre uma benefício por incapacidade comum e um acidentário é que esse último garante estabilidade de 12 meses no emprego após o retorno. Os depósitos do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) também são mantidos.

Na época, ele foi informado pela empresa de que o CAT não seria emitido, pois não era possível determinar o local da contaminação. Ele poderia, por exemplo, ter pego no transporte coletivo.

"Comprei meu desinfetante e minha máscara. Naquela época, as máscaras estavam muito caras. Comprei duas N95 [tipo de máscara que promete proteção maior] e revezava com as que eles deram, mas é uma máscara de pano ridícula", diz.

Os Correios dizem que as máscaras fornecidas aos funcionários seguem descrição técnica e orientações de órgãos reguladores. Segundo a empresa, elas podem ser confeccionadas em três tipos de tecido e seguem especificações mínimas de tamanho.

"Desde o início da pandemia, os Correios têm atuado para proteger seus empregados, acompanhando a

situação de saúde de todos e prestando o apoio necessário ao seu quadro no combate à covid-19", diz a empresa, em nota.

A briga de João Carlos com os Correios não é única no Brasil. Levantamento da Datalawyer para a Folha aponta para 12,9 mil processos trabalhistas discutindo Covid-19 e doença ocupacional já nas petições iniciais. Juntas, essas ações somam R\$ 3,13 bilhões.

Setores como bancos, estabelecimentos de saúde, administração pública, abate de aves, transporte rodoviário e limpeza em prédios e em domicílios aparecem como os principais demandados.

Na Justiça do Trabalho, há decisões dos dois tipos: das que reconhecem o enquadramento como doença do trabalho e das que concluem pela falta de nexos causal, termo técnico para o conjunto de indícios de que a atividade exercida e a doença estão ligados.

No caso dos Correios, levantamento feito pelo Sintect-SP (sindicato dos trabalhadores) mostra um "placar" apertado. De 14 ações -os processos são iniciados por unidade, como centros de entrega ou de distribuição, por exemplo- com pedido de emissão do **comunicado** de acidente de trabalho por Covid-19, houve decisão contrária em 8. Outras 6 tiveram sentença pela comunicação de acidente de trabalho.

Em junho, a primeira dessas ações em que os trabalhadores conseguiram o enquadramento como doença ocupacional chegou ao TST (Tribunal Superior do Trabalho). Desde o dia 3 de agosto, o caso aguarda voto do ministro José Roberto Freire Pimenta, da 2ª turma, que será o relator.

Entre os advogados trabalhistas, há grande expectativa quanto ao entendimento do TST em relação a esse caso. A decisão não criará uma vinculação a outros processos do tipo, mas poderá ser a primeira decisão de um tribunal superior, criando jurisprudência contra ou a favor do entendimento.

Em 2020, o governo Jair Bolsonaro (sem partido) chegou a tentar dificultar o enquadramento. Um artigo em uma medida provisória dizia que casos de "contaminação pelo coronavírus (Covid-19) não serão considerados ocupacionais, exceto mediante comprovação do nexos causal."

Na prática, o artigo não impedia a classificação como doença do trabalho, mas tornava-o mais difícil. Levado ao STF (Supremo Tribunal Federal), o dispositivo foi considerado inconstitucional. Depois, a MP caducou, ou seja, não foi votada por Câmara e Senado em 120 dias e perdeu a validade.

No Supremo, o ministro Alexandre de Moraes considerou que prever que casos de contaminação pelo coronavírus não seriam considerados ocupacionais ofenderia os trabalhadores de atividades essenciais que continuam expostos ao risco.

Na avaliação do advogado Fabrício Máximo Ramalho, que representa o Sintect-SP, em casos de contaminação de trabalhadores de setores essenciais deve haver a presunção de que o adoecimento está ligado ao trabalho.

Para ele, um dos fatores que contribui para essa conclusão é a duração das jornadas de trabalho. "O trabalhador passa mais tempo fora de casa, na atividade laboral, do que em qualquer outro lugar", afirma. Além disso, devem ser considerados os esforços -ou a ausência deles- para conter o risco de contaminação.

Em uma das sentenças favoráveis aos trabalhadores dos Correios, o juiz Willian Alessandro da Rocha, da Vara do Trabalho de Poá, escreveu que "é impossível provar o momento e o local onde os empregados contraíram a doença."

Porém, ele considerou que a contaminação de seis trabalhadores do mesmo centro de distribuição, registradas todas na mesma época, somada à falta de medidas preventivas, permitia estabelecer o nexo causal do adoecimento com o trabalho.

Por outro lado, no TRT-18 (Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região), em Goiás, um técnico de enfermagem que não atuava em ambiente hospitalar não conseguiu o enquadramento. Pesaram para a decisão o fato dele atuar em cuidados domiciliares e de sua esposa ser enfermeira. Ela trabalhava em dois hospitais e foi diagnosticada antes dele.

A advogada Letícia Ribeiro, do Trench Rossi Watanabe, diz que a recomendação para as empresas é para que elas redobrem os protocolos de saúde e segurança, de modo que seja possível provar que todos os cuidados disponíveis foram adotados. "O que as empresas podem fazer é ter como provar que foram diligentes ao tratar do assunto."

TIRE-DÚVIDAS DA COVID NO TRABALHO Covid é doença do trabalho?

O enquadramento não é automático. Ele é mais fácil se a empresa emitir o documento chamado CAT (**comunicado** de acidente de trabalho), mas caberá ao perito médico federal definir se o adoecimento ocorreu ou não em consequência da atividade laboral Posso voltar a trabalhar antes do atestado por Covid vencer?

Não é recomendável. O tempo definido pelo médico está baseado no tempo médio de contaminação. Ou seja, mesmo que você esteja se sentindo bem, pode ser que ainda esteja transmitindo o vírus.

Peguei Covid no trabalho, quais meus direitos?

Você tem direito ao afastamento por um período mínimo de 14 dias e, se a licença durar mais do que 15 dias, deverá receber o auxílio-doença do **INSS**. Se achar que a empresa tem responsabilidade em sua contaminação, é possível cobrar indenização na Justiça Quem pega Covid no trabalho tem estabilidade?

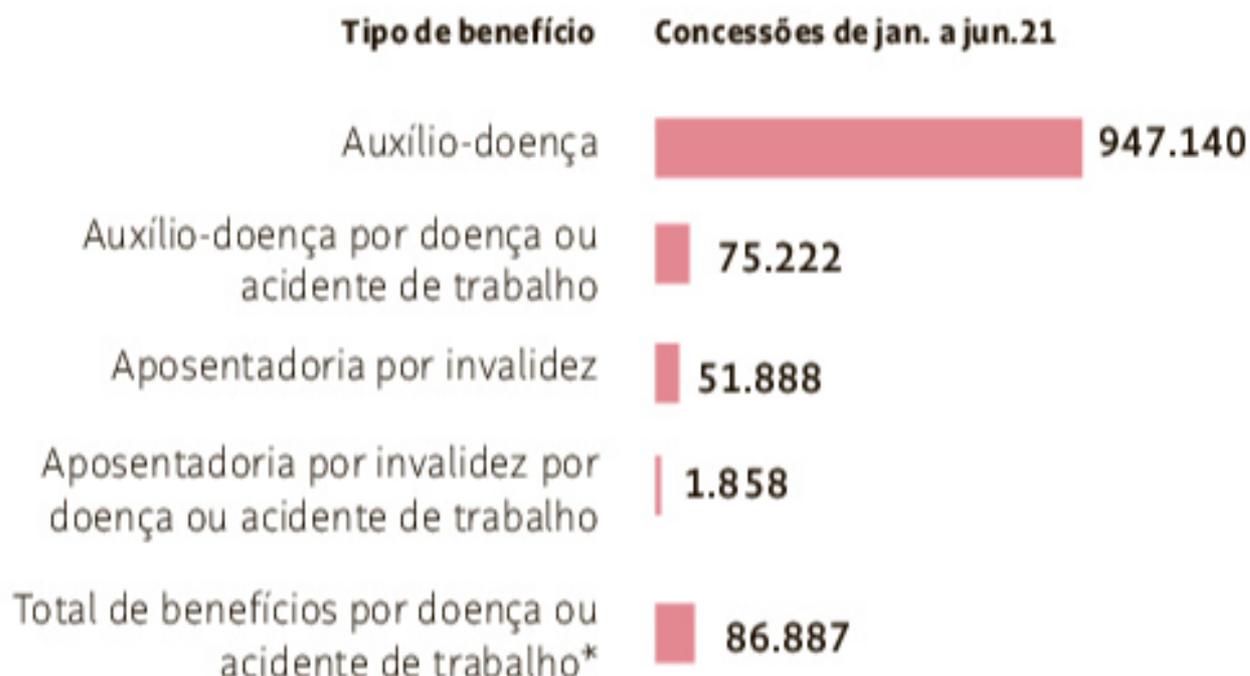
Para que haja a estabilidade, é necessário que a doença tenha ligação com o trabalho. Ela precisa ser uma doença ocupacional. Sem esse enquadramento, o trabalhador não tem direito à estabilidade.

**Site:**

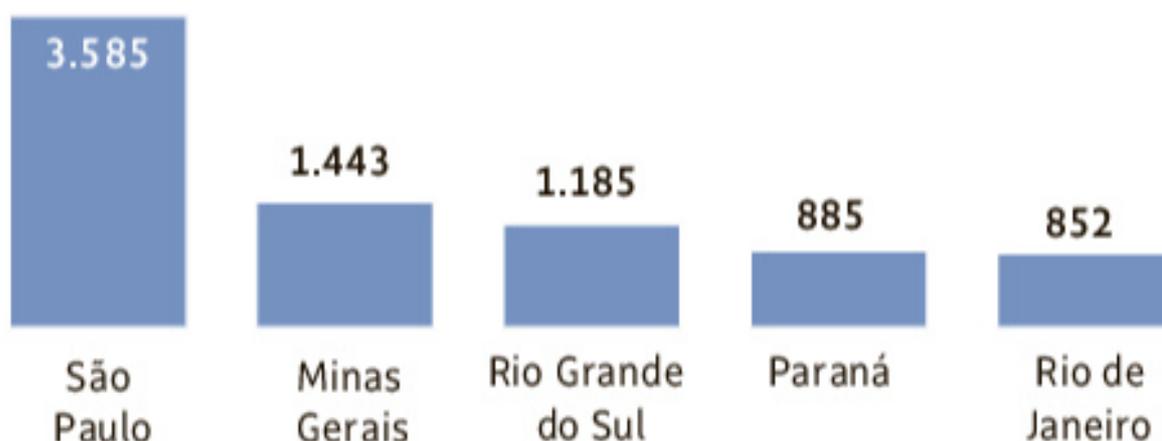
<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49668>

## Benefícios por incapacidade concedidos pelo INSS em 2021

Benefícios pagos pelo INSS quando o trabalhador é considerado incapaz de trabalhar



12,9 mil trabalhadores foram à Justiça discutir se Covid-19 é doença do trabalho



\*Considera outros tipos de benefícios pagos pelo INSS, como pensão e auxílio acidente  
 Fontes: BEPS (Boletim Estatístico da Previdência Social) e Datalawyer, a partir de dados da Justiça do Trabalho

# Jovens pagam mais - PEDRO FERNANDO NERY

**PEDRO FERNANDO NERY**

Quem tem a meia-entrada na hora de pagar **impostos**? É sabido que o sistema tributário brasileiro é regressivo: quanto mais se ganha, menos se paga. Isto é, os mais pobres pagam mais **tributos** do que os mais ricos, em proporção de sua renda. Mas também sabemos que a pobreza se concentra desproporcionalmente na juventude. Seria a **reforma tributária** também uma oportunidade de um novo pacto geracional?

Podemos começar a análise com os dados do Imposto de Renda. Eles são limitados, já que a maior parte dos brasileiros não tem renda suficiente para declarar. Mas a **Receita Federal** disponibiliza o corte por faixa etária entre os declarantes.

Mecanismos que permitem aos mais ricos pagar menos imposto também estão visíveis neste corte etário.

Para os contribuintes do IR que são homens entre 19 e 30 anos, a parcela da renda que é isenta de pagar o imposto é de cerca de 25%. Este valor chega a quase 40% para os declarantes homens que tenham entre 61 e 70 anos. A parcela da renda isenta de pagar imposto chega a quase 50% para os com mais de 70 anos. Para mulheres, a desproporção ainda existe, mas é menor.

Ainda segundo estes dados, são justamente as faixas etárias mais velhas que possuem maior patrimônio, quase 10 vezes maior - por pessoa - do que na faixa dos adultos jovens. É natural que ao longo da vida as pessoas acumulem patrimônio. Mas por que esses declarantes mais ricos têm mais isenções para pagar o imposto?

Uma explicação possível é a famosa isenção sobre lucros e dividendos, que permite a alguns grupos pagar 0% do imposto sobre certas rendas, em vez dos 27,5% a que se sujeitam trabalhadores formais. Pode ser que entre os mais velhos haja mais sócios de empresas ou profissionais liberais bem estabelecidos que se organizam como pessoas jurídicas para não recolher tanto imposto.

Há também tratamento mais benéfico para os aposentados e portadores de doenças crônicas.

Mas o Imposto de Renda é apenas um dos vários **tributos** existentes. É um imposto direto, mas boa parte da renda dos brasileiros paga **tributos** de forma indireta. É o caso dos **tributos** que incidem sobre o consumo da população, mais onerado no Brasil do que em outros países. Sabe-se que, no conjunto de **tributos**, os mais pobres tendem a pagar mais em relação à sua renda.

Isso ocorre por diversos fatores: pobres consomem mais de suas rendas, ricos possuem instrumentos para pagar menos **tributos** diretos, pobres consomem relativamente mais bens do que serviços (menos tributados). Nos cálculos de Rodrigo Orair e Sergio Gobetti, o décimo mais pobre da população gasta mais de 30% da renda com **tributos**. O décimo mais rico gasta cerca de 20%.

Mas quem são esses brasileiros que estão na parte de baixo da distribuição de renda? Sabemos que a pobreza afeta desproporcionalmente mulheres e negros, mas também os jovens. No pré-pandemia, 3 de cada 10 jovens com idades de 15 a 29 anos viviam abaixo da linha da pobreza. Para faixas etárias mais avançadas, a taxa é menor (menos de 10% para os com mais de 60 anos).

Falta integrar a discussão sobre a distribuição etária da pobreza com o debate do sistema tributário. Se o sistema tributário exige mais dos mais pobres, e entre os mais pobres predominam os jovens, não seriam os jovens os que mais pagam **impostos** no Brasil? Veja que nem entramos aqui no papel que a estrutura tributária tem em limitar a própria renda deles, ao tributar pesadamente o seu trabalho e contribuir para sua alta taxa de desemprego.

A realidade do nosso sistema tributário regressivo pode ser mudada por algumas propostas de **reforma tributária**. A que unifica vários **tributos** no IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) diminuiria o peso dos **tributos** no consumo dos mais pobres, equilibrando melhor o ônus com os mais ricos.

Quanto à tributação direta da renda, há outras propostas para fazer os mais ricos pagarem mais, revendo privilégios como a isenção sobre lucros e dividendos para alguns grupos.

Reduzir a tributação sobre o trabalho, como já é feito para jovens mais ricos que fazem estágio, também é parte da agenda.

A **reforma tributária** talvez devesse ser a principal pauta da juventude.

No sistema tributário, não são eles que pagam a meia-entrada.

PEDRO FERNANDO NERY, DOUTOR EM ECONOMIA

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Novo IR eleva endividamento, diz estudo



DIDA SAMPAIO/ESTADÃO-23/7/2021

**Congresso.** Texto aprovado na Câmara aguarda o Senado

**Adriana Fernandes**

A reforma do IR pode aumentar ainda mais a complexidade do sistema tributário nacional, acarretar perda de arrecadação pelo governo e aumento do fenômeno da pejetização - em que profissionais liberais atuam como pessoas jurídicas para pagar menos **impostos** - e levar ao maior endividamento das empresas, alertam os economistas José Roberto Afonso, Geraldo Bisoto Junior e Murilo Ferreira Viana.

O diagnóstico dos especialistas, que está em um estudo publicado pela revista Conjuntura Econômica, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é de que governo e Congresso tentam aprovar a reforma como se estivessem dirigindo um carro pelo retrovisor, olhando para a realidade do século passado, que não cabe mais num mundo de rápida transformação digital, que se acentuou com a pandemia.

No estudo Não é Hora para Mais Incertezas, ainda mais Tributárias, o trio de economistas diz que o Brasil aposta alto demais em respostas simplistas e fáceis para resolver questões complexas. No caso da **reforma tributária** do IR, avaliam, esse caminho é ainda mais perverso.

A reforma aprovada pela Câmara - e que espera análise pelo Senado - modifica o IR cobrado sobre pessoas físicas, empresas e também investimentos. De uma maneira geral, o texto reduz as alíquotas tanto para pessoas físicas (IRPF) quanto para empresas (IRPJ). O texto prevê ainda a cobrança de uma taxa sobre a distribuição de lucros e dividendos (isentos no Brasil há 25 anos). Além disso, estipula o fim do

chamado Juro sobre Capital Próprio (JCP), uma forma muito comum de as empresas remunerarem seus sócios e pagarem menos **impostos**.

Para os autores, um dos problemas é que a pandemia produziu uma aceleração da mudança da economia, com o uso de novas tecnologias digitais, com novas implicações para o sistema tributário, incluindo os vínculos de trabalho cada vez mais "fluidos".

Discussões que passam ao largo das propostas que estão em tramitação no Congresso.

Além da reforma do IR, a Câmara discute um projeto que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), enquanto o Senado trata de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que cria o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para Estados e municípios. "A pandemia produziu uma aceleração da mudança da economia, com o uso das novas tecnologias digitais, e as profundas respostas proativas de Estados e blocos supranacionais.

Enquanto o mundo assiste a políticas de Estado reformando estruturas e organizando o novo normal, o Brasil parece estacionado no velho mundo, buscando soluções fáceis para problemas extremamente complexos", diz o texto.

Equívocos. Entre os que seriam os maiores equívocos do projeto do IR, o estudo cita o fim do JCP, que pode trazer "impactos negativos e não negligenciáveis" para o investimento produtivo e dificultar a retomada da economia no cenário pós-pandemia.

Mecanismo criado após o Plano Real, com o fim da correção monetária sobre os balanços, o JCP é uma forma que as grandes empresas usam para remunerar seus acionistas, e essa despesa pode ser deduzida do imposto a pagar. Dessa forma, o pagamento de JCP estimula o uso de capital próprio das empresas, ao rebaixar o custo do uso de recursos do acionista em projetos de investimento.

No estudo, os economistas destacam que esse dispositivo é particularmente relevante numa economia como a brasileira, marcada por forte restrição ao acesso ao mercado de crédito, seja pelo custo proibitivo para muitas operações, que asfixiaria a margem de lucro dos negócios, seja pela falta de financiamento para determinados segmentos e portes empresariais.

O estudo projeta que haverá incentivo ao endividamento. Isso porque as empresas podem usar novas operações para reduzir a base de cálculo do IR a pagar, já que as despesas com pagamento de juros de financiamentos passam a ser dedutíveis do imposto a ser pago. "Propõe-se uma **reforma tributária** para empurrar as empresas brasileiras ao endividamento, mesmo sem precisarem", avaliam os autores.

A nova realidade, diz José Roberto Afonso, não foi contemplada no texto, pois ignora a importância do setor de serviços.

"Achar que as mercadorias poderão sustentar nossa receita tributária será o caminho direto para grandes rombos fiscais", diz.

#### Perspectiva

"A pandemia produziu uma aceleração da mudança da economia, com o uso das novas tecnologias digitais, e as profundas respostas proativas de Estados e blocos supranacionais.

Enquanto o mundo assiste a políticas de Estado reformando estruturas, o Brasil parece estacionado no velho mundo, buscando soluções fáceis para problemas complexos." TRECHO DO ESTUDO NÃO É HORA PARA MAIS INCERTEZAS, AINDA MAIS TRIBUTÁRIAS

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Brasil será afetado se Verdes entrarem no governo

*Daniela Chiaretti*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# Impeachment não é solução para a crise



Denise RothenburgBernardo Lima\*

O ex-presidente Michel **Temer** é enfático ao afirmar que o impeachment de Jair Bolsonaro não traria a solução para a crise institucional entre o presidente com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Em entrevista, ontem, ao CB.Poder - uma parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília -, ele destacou que seria um processo doloroso e contraproducente, com a possibilidade de se encerrar perto das eleições do próximo ano. Isso deixaria o ambiente ainda mais convulsionado, sem contar que promoveria a paralisia completa do país.

"Todos devem aproveitar esse momento, de certa pacificação, para combater em definitivo a pandemia e recuperar a economia", recomendou, com a experiência de quem quase viu avançar um processo de impeachment contra ele.

Autor do texto da Declaração à Nação, que serviu para apaziguar os ânimos depois dos inflamados discursos de Bolsonaro insuflando a militância contra os ministros do STF, no 7 de Setembro, **Temer** acredita na moderação do presidente de agora em diante. Para o ex-presidente, o momento de equilíbrio deve ser aproveitado para levar adiante as reformas

administrativa e tributária - que, como fez questão de lembrar, começou no governo dele.

"Com esse documento, os acampamentos de caminhoneiros se desmobilizaram em Brasília. O fato é que, convenhamos, se não houvesse a "Declaração à Nação" dia 9, não sei o que aconteceria no dia seguinte", salientou, certo de que se evitou algum evento de alta gravidade e que poderia ter o condão de convulsionar mais o país.

**Temer** afastou, ainda, qualquer hipótese de se ter fechado algum acordo entre Bolsonaro e o ministro Alexandre de Moraes, versão que tem circulado nos grupos bolsonaristas. De acordo com o ex-presidente, ele jamais proporia isso ao magistrado por saber que a ideia seria imediatamente rechaçada.

Sobre uma possível candidatura do MDB, partido ao qual ainda é ligado, ao Palácio do Planalto, **Temer** não acredita nessa possibilidade - embora elogie a competência, a capacidade de trabalho e de articulação da pré-candidata da legenda, a senadora Simone Tebet (MS).

"Tem uma bela pré-candidata, mas não sei se o partido vai com essa posição até o final. O que acontecer pela frente vai determinar a conduta do MDB e dos demais partidos", observou.

A seguir os principais pontos da entrevista.

A leitura que se fez, logo depois da publicação da nota oficial, foi de que a participação do senhor deu uma esfriada nas manifestações que estavam previstas para o último domingo. Acha que o país afastou o perigo de impeachment do presidente Jair Bolsonaro?

Ainda há clima para isso?

Não foi o documento que afastou o pessoal da rua, foram as divergências dos vários grupos. Pelo que eu vi pelos jornais, certos partidos não quiseram participar do movimento por não terem o protagonismo - e os organizadores não quiseram que certos partidos participassem. Então, eu penso que não foi o documento que afastou as pessoas das manifestações. A questão do impedimento, vejo do seguinte modo: você abre um processo de impeachment agora; vai durar de sete a nove meses. Vai bater com as eleições e colocar o país numa agitação brutal. Você tem eleição logo aqui adiante, no ano que vem, e as coisas devem se resolver por

eleição. Se o presidente for candidato à reeleição, quem quiser votar no presidente vota; quem não quiser, escolhe outro candidato.

Na a avaliação do senhor, não temos tempo para isso e o país precisa trabalhar em outras pautas?

Temos pandemia para combater e economia para recuperar. Acho que os poderes têm que se reunir, o Legislativo e o Executivo fundamentalmente. Mas, de alguma maneira, com apoio do Judiciário e de todos os partidos também. Todos devem aproveitar este momento, de certa pacificação, para combater em definitivo a pandemia e recuperar a economia. Digo para você: não sei se é o caso de fazer campanha eleitoral agora. Tem um ano e dois meses para eleição, muito tempo ainda. Vamos cuidar da pandemia, da economia e deixar o debate eleitoral para o ano que vem.

Na semana passada, o senhor foi fundamental no processo de pacificação do país. Queria que fizesse uma retrospectiva desse encontro.

Na quinta-feira, antes do 7 de Setembro, recebi vários telefonemas de pessoas me pedindo uma ajuda para intermediar esse diálogo. Coincidentemente, o presidente Bolsonaro acabou me ligando no dia 8, pelas 20h, e me convidou para ir no dia seguinte a Brasília. Antes de ir, disse que haveria alguns pontos determinados que achava que deveriam ser assinalados e listei para ele. O presidente disse que estava de acordo, que era para eu levar esses pontos para Brasília que iríamos redigir. É um documento que diz o óbvio, que é cumprir o texto constitucional. Ou seja, preservar harmonia entre os Poderes, pregar pacificação do país e cumprir rigorosamente a Constituição e decisões judiciais. Basicamente, o documento retrata esses episódios que estou avidamente mencionando. Na verdade, com esse documento, os acampamentos de caminhoneiros se desmobilizaram em Brasília. O fato é que, convenhamos, se não houvesse a "Declaração à Nação" dia 9, não sei o que aconteceria no dia seguinte.

O senhor acha que essa promessa de moderação de Bolsonaro é verdadeira? Sabemos que o presidente pode recuar e avançar com facilidade.

A sensação que tenho é de que o presidente vai levar a sério aquilo que assinou - pelo menos torço por isso. Até me surpreendi positivamente com a sinalização extremamente favorável, a significar que o povo brasileiro deseja mesmo essa tranquilidade. Me surpreendi também quando saí do Palácio (do Planalto): logo depois, a Bolsa subiu e o dólar caiu.

Na conversa do senhor com o ministro Alexandre de Moraes, houve um acordo costurado para que o magistrado também não faça mais prisões? Acredita que também vai haver uma mudança de comportamento do Supremo Tribunal Federal?

De fato falei com o ministro Alexandre, mas não houve acordo nenhum. Primeiro, que eu não teria o atrevimento de pedir isso a ele, que é ministro do STF. Segundo, que ele jamais aceitaria essa forma de acordo. O que existe, sim, é uma distensão, a distensão é que poderá produzir bons resultados. Até porque retoma-se um diálogo mais aprofundado entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

O MDB vai ter candidato à eleição presidencial de 2022? O senhor acha que é preciso que o partido se lance em uma candidatura solo ou seria melhor reunir vários partidos em uma terceira via para enfrentar a polarização?

Essa coisa de terceira via é fundamental ao eleitorado. Mas, com toda franqueza, estou achando complicada essa história. Não acho que os principais cotados da terceira via abram mão da candidatura em dado momento, priorizando só um candidato, o que seria o ideal. Eu sinto que todos os que estão se apresentando vão até o fim, ou boa parte deles. Veja você que se houver muitos candidatos, ganha com isso aqueles que polarizaram, que tem um número maior e mais sólido de apoio.

Já tem gente dizendo que o senhor pode ser o (presidente dos Estados Unidos, Joe) Biden brasileiro. Como vê essa avaliação? Está preparado para disputar a Presidência da República no ano que vem?

Acho que só poderia ser como o Biden em função da idade. Fora daí, confesso que não está no meu horizonte. O que puder colaborar com o país - o que penso que, modestamente, fiz há poucos dias -, na medida que for convocado, dar palpites, farei com muito prazer. Mas, em relação ao futuro, confesso hoje que não penso em me candidatar. Até brinco que estou com mais prestígio hoje do que tinha quando era presidente, mas eu acho que isso é fruto do reconhecimento do meu governo. Passou muito rapidamente; achava que demoraria mais tempo - e você sabe como aquelas pessoas tentaram me prejudicar e acabaram atrapalhando o país. Então, em relação às manifestações de "Biden brasileiro", tomo isso como reconhecimento ao meu governo.

O senhor acha que o MDB vai lançar mesmo a (senadora) Simone Tebet? Vai defender que o partido tenha candidato ou aposta nessa tentativa de união dos partidos?

Conheço o MDB há muito tempo. Sempre foi assim: querem lançar candidato e, muitas vezes, acabam não lançando. Hoje, tem uma bela pré-candidata, a Simone Tebet, mas não sei se o partido vai com essa posição até o final. Não há condições de fazer uma análise como essa a mais de um ano das eleições. O que acontecer pela frente vai determinar a conduta do MDB e dos demais partidos.

Há clima, hoje, para retomar as votações da **reforma tributária** e administrativa? Ou essas pautas vão ter que ficar para depois da eleição de 2022?

Acho que antes do dia 9 deste mês não havia clima algum. A partir do dia 9, particularmente depois da declaração (de Bolsonaro à Nação), acho que há algum clima que poderá permitir o prosseguimento das reformas, que começaram em meu governo. É preciso continuar com aquilo que chamo de simplificação tributária, com a reforma administrativa. Eu acho que há clima, sim. Não se deve esperar as eleições para fazer isto, vamos fazer já! Temos tempo agora, neste ano e praticamente metade do próximo para caminharmos com essas reformas.

No próximo dia 15, o senhor tem um encontro com (os ex-presidentes) Fernando Henrique Cardoso e José Sarney. Como vai ser esse encontro? É uma preparação para um projeto futuro ou serão ideias para o atual governo?

Vamos dizer obviedades que, na verdade, precisam ser repetidas, porque, muitas vezes, as pessoas se esquecem disso. Vamos falar sobre democracia, o Estado de Direito, como se deve preservá-lo. O debate será nessa linha, o que pensamos em matéria econômica e política no país. Penso que será tudo pautado no texto constitucional. Diremos obviedades porque acho que, nos últimos tempos, as pessoas se esqueceram das coisas mais triviais

\*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

# Lira forma grupo para votar legalização dos jogos

**Raphael Di Cunto**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# OCDE tenta evitar uma guerra comercial por taxa de carbono

*Sam Fleming e Chris Giles*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# Inflação elevada e PIB mais fraco

» *Cristiane Noberto*

Os economistas ouvidos semanalmente pelo Banco Central estão cada vez mais pessimistas em relação à economia brasileira. No relatório Focus de ontem, o mercado financeiro reduziu, mais uma vez, as previsões para o crescimento do país. Para este ano, os analistas diminuíram a alta esperada do Produto Interno Bruto (**PIB**) de 5,15% para 5,04%. Há quatro semanas, a estimativa era de 5,28%. A previsão para 2022 passou de 1,93% para 1,72%. Quatro semanas atrás, a expectativa era de 2,04%.

Além disso, os especialistas elevaram pela 23ª vez seguida a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) neste ano, agora de 7,58% para 8%. O número está bem acima da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional, de 3,35% para 2021. Em 2022, a **inflação** deverá ficar em 4,03%. Com a **inflação** em trajetória de alta, devem subir também os juros. Para os agentes do mercado, a taxa básica da economia, a Selic, terminará 2021 em 8% ao ano. Atualmente, a taxa está em 6,25%.

Na avaliação do professor de finanças do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da UnB Bruno Ramos, o governo perdeu muito tempo com rixas desnecessárias. "O governo não aproveitou o momento de um melhor controle da pandemia. Poderia ter havido uma retomada no segundo semestre, mas pautas pessoais do presidente Jair Bolsonaro foram mais enfatizadas que as de Estado. Isso afetou bastante os indicadores, e não vejo melhora daqui até o fim do ano", disse. O economista observou que a crise hídrica e as perdas agrícolas pressionaram o índice recentemente.

Para o economista da FGV Mauro Rochlin, o dólar caro também tem impacto direto na **inflação**. "Se tivéssemos um dólar a R\$ 4,80, haveria um ambiente de maior segurança e isso ajudaria o investidor estrangeiro a se manter aqui", avaliou.

# Projeções mostram que 2022 será o ano do pibinho - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

Até pouco tempo atrás, a maioria dos especialistas cravava que o **PIB** de 2022 superaria a marca dos 2%. Com o recrudescimento da crise econômica, as previsões foram cortadas. Primeiro para 1,5%. Depois para perto de 1%. Agora, menos do que isso. Segundo o banco americano J.P.Morgan, a economia brasileira crescerá 0,9% no ano que vem, ante 1,5% da estimativa anterior. Cenário inflacionário, desemprego

alto, baixo investimento e crise política são os ingredientes que impedem o país de reagir. É inegável que os destemperos de Brasília afetam o desempenho econômico. Retrato disso é a Bolsa. O Ibovespa fechou ontem com alta de 1,85%, o que foi resultado sobretudo da ausência de ruídos políticos. Ou seja: no dia em que as autoridades dão uma trégua em suas pregações incendiárias, o mercado reage bem. Resta saber quanto tempo a paz irá durar. A julgar pelo espírito belicoso dos líderes nacionais, não será muito.

## Empresa de bikes Tembici chega a Brasília

A Tembici, empresa que opera o serviço de bicicletas compartilhadas em várias cidades brasileiras, chegou a Brasília. Serão 70 estações e 500 bikes espalhadas pela cidade. Para levar o projeto adiante, a Tembici contou com uma linha de financiamento de R\$ 29 milhões do banco Santander Brasil - foi a primeira operação do chamado crédito verde feita pelo banco para uma empresa brasileira do setor. Segundo especialistas, o mercado de bikes compartilhadas ganhará impulso nos próximos anos.

## Unicórnios proliferam na América Latina

O número de unicórnios, como são chamadas as startups avaliadas em mais de US\$ 1 bilhão, não para de crescer na América Latina. Segundo levantamento realizado pela Lavca (Latin America Venture Capital Association), já existem 29 empresas desse tipo na região. O Brasil lidera o ranking, com 19 companhias que se enquadram na categoria. O movimento é crescente: as startups latinas receberam US\$ 6,2 bilhões no primeiro semestre de 2021, 50% a mais do que o total de 2020.

## Comandos por voz são a nova onda dos games

O mercado de games não para de se reinventar. Uma nova tendência são os jogos controlados por voz, que permitem ao usuário disparar comandos em um microfone. É o caso de uma das versões do game Jurassic World, criado com a ajuda de uma empresa brasileira, a Lara Digital. Recentemente, um dos fundadores da companhia, João Paulo Alqueres, recebeu o prêmio Alexa Champions, que reconhece os melhores desenvolvedores de dispositivos associados ao assistente virtual da Amazon.

US\$ 2,3 bilhões deverá ser o faturamento do mercado de games no Brasil em 2021, alta de 5,1% em relação a 2020. O dado é da consultoria Newzoo.

"As piores economias do mundo são aquelas com maior índice de estatização" Jorge Gerdau, presidente dos conselhos da Gerdau e do Movimento Brasil Competitivo

#### Rapidinhas

» O Nubank assinou um acordo para comprar até 7,7% das ações da empresa de empréstimos Credits em um período máximo de dois anos. Com o acordo, os produtos da Credits, como empréstimos e crédito para a aquisição de móveis e carros, passarão a ser oferecidos aos clientes do Nubank. Atualmente, o banco digital está avaliado em US\$ 30 bilhões.

» O Banco Pan comprou 80% da Mobiauto, plataforma digital especializada na venda de veículos com uma base formada por 115 mil automóveis anunciados. Trata-se da primeira aquisição desde que o BTG Pactual assumiu 100% do capital do Banco Pan, em maio deste ano. O valor do negócio não foi revelado.

» Ilan Goldfajn, ex-presidente do Banco Central, de 2016 a 2019, deixará a presidência do conselho do Credit Suisse Brazil para assumir, em janeiro do ano que vem, o cargo de diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ilan é reconhecido pelo ótimo trabalho que fez à frente do BC brasileiro.

» A montadora Toyota anunciou uma nova paralisação temporária da fábrica de Indaiatuba, em São Paulo, onde é produzido o sedã Corolla. Segundo a empresa, a interrupção vai durar de 13 a 22 de outubro. O motivo é o mesmo de sempre: a falta de insumos para a produção dos automóveis, que afeta quase todas as empresas do setor.

## Piora das expectativas (Editorial)

A percepção sobre a economia brasileira vai de mal a pior. A cada semana, as projeções colhidas pelo Banco Central junto a 100 analistas de mercado reforçam o quadro desafiador que se coloca diante do país. A **inflação** sobe sem parar, os juros terão que aumentar além do desejado e o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) míngua a olhos vistos, sobretudo quando se olha para 2022. Se não agir rapidamente, o governo será apontado como o maior responsável pelo fracasso.

A deterioração dos indicadores econômicos coincidiu com o agravamento da crise política. Quanto mais o Palácio do Planalto alimentava as incertezas, maior era o pessimismo entre os agentes econômicos. No ambiente de negócios, não há espaço para solavancos. Quando isso acontece, o consumo das famílias cai, as empresas pisam no freio dos investimentos produtivos, a **inflação** recobra o fôlego e o Banco Central é obrigado a pesar a mão sobre os juros.

Pelo Boletim Focus, do BC, as expectativas para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano passaram de 7,58% para 8%. Foi o 23º aumento semanal seguido. Para 2022, a estimativa saltou de 3,98% para 4,03%. Com esse recrudescimento do custo de vida, os analistas apostam que a taxa Selic chegará a dezembro em 8% ao ano, mas não está descartada a possibilidade de os juros passarem de 10% anuais. Quanto às projeções para o **PIB**, baixaram para 5,04% neste ano e para 1,72% no próximo. É muito pouco para um país com tantas carências.

Quem acompanha o dia a dia da economia garante que, enquanto a desconfiança perdurar, o ritmo da atividade produtiva vai permanecer ladeira abaixo, até mergulhar na recessão. Não se pode esquecer de que o Brasil não cresce, de forma consistente, desde 2014. Sem emprego suficiente e com a renda corroída pela **inflação**, o país voltou a figurar no mapa da fome. Programas sociais são fundamentais para dar suporte à população mais vulnerável, mas nada é mais importante para a distribuição de renda do que o crescimento econômico por um longo período.

Alertas não faltam. Porém, a convulsão política criada pelo chefe do Executivo ganhou tal dimensão, que não será um **comunicado** à nação escrito por um ex-presidente e assinado pelo titular do cargo que reverterá a onda de incertezas. Além de palavras, será preciso uma série de ações concretas. Há reformas

importantes encailhadas no Congresso. Para retirá-las do limbo, o governo terá de pôr fim aos conflitos e buscar a negociação. É esse o único caminho possível.

Os agentes econômicos não brincam em serviço, pois dinheiro não aceita desaforo. Sendo assim, o relógio está correndo contra o Brasil. Nos cálculos de especialistas, não fosse o custo político, o dólar, que está próximo de R\$ 5,30, valeria R\$ 4,50. Nesse contexto, a **inflação** seria bem menor, sobretudo porque os preços dos combustíveis não estariam perto de R\$ 7. A população sabe o porquê de estar arcando com uma fatura tão pesada. E ela dará sua resposta nas urnas em 2022. O bolso, como já está comprovado, é a parte mais sensível do ser humano.

### Notícias Relacionadas:

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG  
Piora das expectativas

# A esquerda e a unidade - GUILHERME BOULOS

**GUILHERME BOULOS**

Nos últimos dias, vimos uma enxurrada de críticas à esquerda -em especial ao PSOL e ao PT- pela decisão de não participar dos atos do dia 12. O tom é o de que não queremos a união de forças contra Bolsonaro e que privilegiamos as diferenças eleitorais em relação à unidade democrática. Respeito os militantes que decidiram ir ao ato --e em nada ajudam os ataques virulentos que alguns sofreram. Mas precisamos entender o que está em jogo para pensar os próximos passos.

Qual o significado do fiasco da mobilização liderada por MBL e Vem pra Rua? Primeiro, a demonstração cabal de que esses movimentos tiveram sua base social fagocitada pelo bolsonarismo. Ao romperem com Bolsonaro, ficaram sozinhos; vieram os líderes e a máquina digital, mas a força de mobilização ficou com o capitão. Segundo, a constatação evidente de que a chamada terceira via não tem empolgado muita gente.

As duas forças capazes de mobilizar multidões no Brasil seguem sendo o bolsonarismo e a esquerda. Esse fato foi comprovado no domingo (12/9), mas não deve nos levar a conclusões arrogantes, de autossuficiência. A esquerda sozinha não tem condições de derrotar Bolsonaro. Se tivéssemos, ele já não estaria na Presidência. Isso quer dizer que, para avançarmos em direção ao impeachment -que deve ser, sem vacilações, a nossa estratégia- é preciso ampliar o leque.

Nesse sentido, a mudança de orientação de alguns partidos da direita liberal após o 7 de Setembro é um fenômeno positivo. Que passem a defender abertamente o impeachment --a demonstração de disposição para participar de manifestações ajuda a isolar Bolsonaro.

É evidente que isso não significa que a esquerda deva aderir a mobilizações lideradas por eles ou às suas pautas, como muitos cobram. Movimentos como o MBL não têm autoridade nenhuma para liderar a luta contra Bolsonaro, até por terem utilizado os mesmos métodos bolsonaristas, de fake news e ataques covardes, contra a esquerda e movimentos sociais. Na verdade, não é no MBL que devemos focar, mas nas forças políticas capazes de alterar o xadrez de votos

na Câmara a favor do impeachment.

Se formos capazes de atrair esses setores para as manifestações contra Bolsonaro, o cenário pode mudar. É muito relevante o simbolismo de um palanque amplo pela democracia, que defenda também as bandeiras populares da luta contra a fome, a **inflação** e o desemprego, com a grandeza que a atual encruzilhada nos exige. Isso não significa unidade eleitoral para 2022, apenas o rechaço uníssono às ameaças golpistas que colocam o Brasil e as próprias eleições em risco. Os atos de 2 de outubro serão o próximo capítulo. O desafio é combinar mobilização popular com amplitude democrática.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49668>

# Derrota em primárias na Argentina expõe insatisfação com Fernández



O presidente Alberto Fernández e a vice, Cristina Kirchner, em pronunciamento nesta segunda, após derrota do governo nas primárias. REUTERS/AGF

**Sylvia Colombo** *buenosaires*

O governo peronista do presidente Alberto Fernández sofreu uma dura derrota neste domingo (12), nas primárias argentinas para as eleições legislativas. Embora a votação defina apenas quais candidatos poderão concorrer no pleito, a ser disputado em 14 de novembro, o resultado é considerado um termômetro da gestão federal. A apuração foi encerrada na manhã desta segunda (13). Ao final, a principal força de oposição, a coalizão de centro-direita Juntos, obteve 40,02% dos votos em nível nacional -confirmando a dianteira que se desenhava no domingo-, enquanto o peronismo obteve 31,03%. Se o resultado for confirmado na eleição de novembro, a Juntos se tornará a principal força na Câmara de Deputados, embora com maioria simples. Os peronistas, por sua vez, manteriam a maioria simples no Senado.

"A derrota é mais de Fernández do que dos peronistas. O desgaste é dele, cuja aprovação vem caindo devido a erros muito particulares, notadamente a administração da pandemia e da economia", afirma Mariel Fornoni, diretora do instituto de pesquisas Management Fit.

"Existe, ainda, uma reprovação envolvendo algo que recai apenas sobre ele: a culpa por ter feito uma festa de aniversário para a primeira-dama durante a pandemia, contrariando seu próprio decreto. Os números mostram que a votação ruim dos candidatos peronistas acompanhou o desgaste dele como líder." O evento, realizado na residência oficial da Presidência, se deu no momento de restrições mais agudas à circulação de pessoas no país, para conter a disseminação do vírus. Uma foto que vazou do que ficou conhecido como Olivos-gate levou Fernández primeiro a mentir e depois a ter de pedir desculpas publicamente.

Na tarde desta segunda, na Casa Rosada, o presidente argentino assumiu o resultado ruim nas primárias. "Fizemos algo errado e precisamos entender o que foi", disse. "O rumo tomado em 2019 [quando ele assumiu a Presidência] não vai ser alterado. Existem razões pelas quais as pessoas não nos acompanharam nesta votação, e nós agora vamos escutá-las melhor!" A ala mais à esquerda da coalizão do governo, liderada pela vice-presidente Cristina Kirchner, tem manifestado descontentamento com a gestão e pressiona por uma **reforma ministerial**. "Fernández teve sua chance colocando seus pré-candidatos nessa corrida eleitoral, mas eles perderam. Agora, a ala ligada a Cristina certamente se fará ouvir, e é possível que o presidente tenha de se desfazer de ministros ou mudar suas políticas", afirma o analista político Sérgio Berenzstein.

Um dos pontos de maior atenção na disputa das primárias era na província de Buenos Aires -distritos e municípios ao redor da capital do país, esta uma região autônoma-, onde está o maior eleitorado da Argentina.

Ali, a candidata peronista Victoria Tolosa Paz conseguiu mais votos que seus rivais, com 33,64% do total. Ocorre que os outros dois candidatos mais bem votados, Diego Santilli (22,9%) e Facundo Manes (15%), pertencem a uma mesma aliança, a Juntos. Portanto, estarão na mesma lista em novembro, encabeçada por Santilli. Somados os seus votos, a Juntos superaria o peronismo no principal reduto eleitoral das Argentina.

Na cidade de Buenos Aires, mais antiperonista que o resto do país, a vitória da oposição foi mais contundente. A ex-governadora Maria Eugenia Vidal obteve 49,19% dos votos, contra 24,66% do peronista Leandro Santoro.

A novidade foi o bom desempenho dos ultradireitistas conhecidos como libertários, puxados pelo economista Javier Milei. A coalizão Avanza Libertad obteve sua melhor votação no país na capital argentina, com 13,66% dos votos -em nível nacional, ficou com 7,41%. Se essa votação se repetir em novembro, os libertários poderiam ganhar, no Congresso, de duas a quatro vagas.

Para o historiador Pablo Stefanoni, Milei teve sucesso buscando repetir uma fórmula usada pelo ex-presidente americano Donald Trump. "Ele deixou de ser apenas um economista para entrar na política abraçando o pacote ideológico da 'alt-right' [direita alternativa, em inglês]", diz. "Antes seu discurso era antioletivismo, pró-mercado. Na campanha, passou a abraçar o anticomunismo e bandeiras que vêm mobilizando novos movimentos de direita pelo mundo." Visto por muitos analistas como um fenômeno ligado à classe média-alta de Buenos Aires, Milei obteve boa votação também em distritos pobres da cidade, como os bairros de Villa 31 e Villa Soldati.

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49668>

Do outro lado do espectro, a esquerda tradicional termina as primárias legislativas com resultados positivos. Apesar de ter um eleitorado pequeno, num país em que o peronismo costuma abafar o socialismo, a Frente de Izquierda registrou desempenho nacional um pouco melhor que o dos libertários, com 7,58%. A se repetir a tendência em novembro, deve manter sua bancada no Congresso.

O economista Carlos Melconian acredita que a derrota peronista está mais relacionada ao "bolso dos argentinos do que às festas clandestinas de Fernández". Ele defende uma reformulação da política econômica. "É preciso que o governo combata a **inflação** [que está na casa de 50% ao ano], em vez de emitir dinheiro, e construa uma alternativa para a crise que já afeta tantos empregos e lares".

Os mercados deram sinais positivos nesta segunda, depois da confirmação dos resultados, com as ações de empresas argentinas tendo alta de 17%. O dólar paralelo, que vem se desvalorizando em relação ao câmbio oficial, também caiu, fechando a 182 pesos (o oficial está em 103 pesos).

"O mundo espera uma Argentina mais organizada, e os mercados reagem positivamente quando o populismo perde. As pessoas mostraram que estão contra a má administração econômica", afirmou o ex-presidente Mauricio Macri, líder da aliança Juntos, a uma emissora local.

A participação nas primárias foi relativamente baixa para os padrões argentinos, onde o voto é obrigatório e a população em geral tem alto grau de politização. O comparecimento às urnas foi de 67%. Quem faltou nas primárias legislativas pode votar no pleito de novembro.

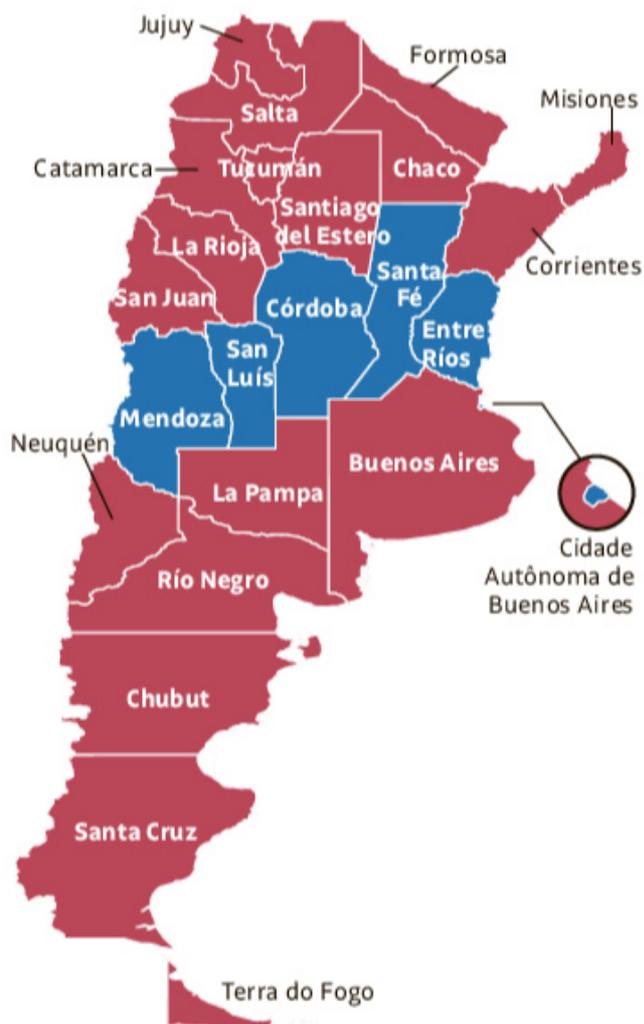
" Fizemos algo errado e precisamos entender o que foi [...] Nós agora vamos escutá-los [eleitores] melhor" Alberto Fernández presidente argentino

**Site:**

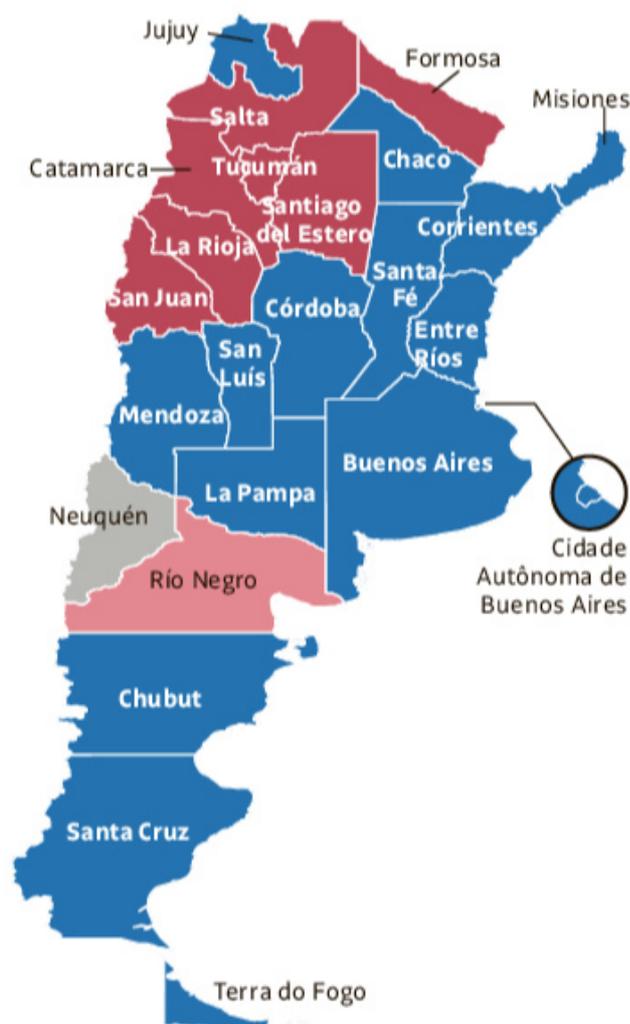
## Resultados em cada província

- Juntos
- Frente de Todos
- MPN
- Juntos Somos Río Negro

### 2019: Eleições gerais



### 2021: Primárias



# Mercado eleva projeção da taxa básica de juros para 8% em 2021 e 2022

O mercado passou a ver a taxa básica de juros a 8% ao final deste ano e de 2022 diante da forte pressão inflacionária, de 7,63% e 7,75%, respectivamente, na semana anterior.

O movimento aconteceu na esteira do maior avanço do IPCA (índice oficial de **inflação** do país) para um mês de agosto em 21 anos, de 0,87%, divulgado na semana passada.

Com isso, economistas ouvidos pelo Banco Central também elevaram a projeção do IPCA ao final do ano de 7,58% para 8%. As informações são da pesquisa Focus divulgada nesta segunda-feira (13).

É 23ª vez seguida que a pesquisa mostra uma alta da estimativa para a **inflação** em 2021. Para 2022 a projeção passou de 3,98% para 4,03%.

Em conversa com investidores na sexta (10), o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a escalada nos preços é uma "sombra" que paira sobre o governo. "Acho que estamos no pior momento da **inflação**. Acho que vai começar a desacelerar gradualmente e encerrar o ano em volta de 8%, entre 7,5% e 8%", disse.

O centro da meta de **inflação** para 2021 é 3,75%, com margem de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

O Banco Central volta a se reunir para debater a taxa de juros nos dias 21 e 22 de setembro, com a expectativa no Focus de que ela seja elevada a 6,25%, dos 5,25% atuais.

Muitos analistas, no entanto, já enxergam a possibilidade de um aumento de 1,25 ponto percentual da Selic, para 6,5% ao ano.

No começo de agosto, o diretor de Política Monetária do BC, Bruno Serra, afirmou que a autoridade monetária fará o que for necessário para levar a **inflação** para a meta em 2022 e 2023 e não descartou acelerar ainda mais o ritmo de alta da taxa básica caso o cenário econômico piore.

Para o **PIB** (Produto Interno Bruto), a pesquisa Focus apontou uma revisão para baixo das estimativas de crescimento. Para este ano, o percentual foi reduzido de 5,15% para 5,04%. Para 2022, o número passou de

1,93% para 1,72%.

Muitos economistas já temem, inclusive, uma recessão no próximo ano. O temor é justificado não só pela **inflação**, como também pela crise hídrica, o real desvalorizado e o taxa de desemprego elevada.

A turbulência política, relacionada à crise institucional que o país atravessa, também entra na conta do mercado. As manifestações de raiz golpista fomentadas pelo presidente Jair Bolsonaro (sem partido) no 7 de setembro tiveram um impacto negativo na Bolsa de Valores brasileira e fez o dólar subir em relação ao real.

O recuo do presidente na quinta, em carta na qual diz que não teve intenção de agredir Poderes, trouxe alívio momentâneo ao mercado, mas que já passou para uma posição de maior desconfiança na sexta. Entre economistas, o ceticismo quanto às promessas feitas por Bolsonaro também é expressivo.

Analistas lembram que a crise institucional também torna a questão orçamentária mais incerta, dado que o governo tentava negociar o não pagamento da totalidade dos precatórios (dívidas do governo reconhecidas pela Justiça) no ano que vem.

O JPMorgan também elevou suas projeções para o patamar da taxa Selic ao fim do atual ciclo de aperto de juros e piorou sua perspectiva para o crescimento da economia brasileira neste ano e no próximo.

O banco revisou sua projeção para os juros básicos a 9%, ante 7,5% anteriormente, esperando três elevações de 1 ponto percentual até o fim de 2021 e uma alta final de 0,75 ponto no início de 2022.

Com a expectativa de uma política monetária ainda mais apertada, o JPMorgan revisou para baixo a estimativa de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil a 5,1% neste ano e a 0,9% no ano que vem. As estimativas anteriores eram de expansão de 5,2% e 1,5%, respectivamente.

"As crescentes tensões políticas e pressões inflacionárias conduziram as projeções de juros para cima e de crescimento para baixo", escreveram em relatório Cassiana Fernandez e Vinicius Moreira, do JPMorgan.

O credor norte-americano destacou a recente turbulência na seara política local -intensificada na semana passada, durante manifestações do dia 7 de setembro, por ataques do presidente Jair Bolsonaro a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Embora o chefe do Executivo tenha moderado a retórica desde então, "o risco de tensões renovadas permanece alto antes do ciclo eleitoral de 2022", disseram Fernandez e Moreira.

A aflição política divide atenções ainda com uma **inflação** que "continua a surpreender para cima", segundo eles, o que está elevando a pressão para que o Banco Central aperte ainda mais sua política monetária.

O JPMorgan projeta alta de 7,9% do IPCA em 2021, patamar bem acima da meta de 3,75%, que tem margem de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos.

Falando sobre as perspectivas para 2022, o JPMorgan afirmou que as condições climáticas terão papel importante na dinâmica de **inflação** em meio à grave crise no abastecimento dos reservatórios de água brasileiros.

"Continuamos a considerar um desdobramento mais favorável em relação à crise de fornecimento de água e energia... No entanto, vemos chances crescentes de um cenário negativo na crise hídrica, particularmente conforme as autoridades limitam o impacto nos preços, levando a escassez de energia não desejada."

#### SECRETÁRIO DOTESOURO PEDE HARMONIA ENTRE PODERES

O secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt, pediu nesta segunda-feira (13) alinhamento e harmonia entre Poderes para solucionar problemas como a expansão dos gastos com precatórios -dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e sem possibilidade de recurso. Disse ser importante que o país siga com o "cenário calmo" visto desde o final da última semana, após a publicação de declaração do presidente Jair Bolsonaro na qual amenizou os ataques ao STF. Segundo o secretário, a ampliação do Bolsa Família terá que passar pela revisão das despesas com precatórios. Esses gastos cresceram de R\$54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões em 2022, inviabilizando planos do governo para a área social e outras ações.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

68

# Bolsonaro dá subsídio de imóveis a policiais que ganham até R\$ 7.000



**Marianna Holanda Ricardo Della Coletta Bernardo Caram**

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) assinou uma MP (medida provisória), nesta segunda-feira (13), em que institui programa de financiamento imobiliário subsidiado para agentes de segurança pública.

Com R\$ 100 milhões disponíveis em 2021 -primeiro ano de execução-, serão contemplados com os subsídios policiais que recebam até R\$ 7.000 por mês.

O programa Habite Seguro, feito pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, é mais um aceno aos policiais, que fazem parte da base eleitoral do presidente.

Policiais federais, rodoviários federais, militares, civis e guardas civis municipais -da ativa e da reserva- terão acesso aos benefícios.

"Entendemos que [o programa] pode, sim, atingir grande parte deste efetivo da segurança, que arriscam a sua vida, em defesa da nossa vida, e do nosso patrimônio", disse Bolsonaro em cerimônia no Palácio do Planalto.

O Programa Nacional de Apoio à Aquisição de Habitação para Profissionais da Segurança Pública foi elaborado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e terá o apoio da Caixa Econômica Federal.

De acordo com nota da Secretaria-Geral do Palácio do Planalto, o programa permitirá a contratação de cotas de crédito imobiliário. A MP, que ainda não foi publicada, deve detalhar critérios e condições para a

participação do programa, que prevê ainda outros benefícios.

Caberá à Caixa administrar os R\$ 100 milhões, que sairão do Fundo Nacional de Segurança Pública. Outras instituições financeiras também poderão operacionalizar o programa.

A Caixa informou que poderão ser financiados imóveis novos ou usados. O limite de avaliação do imóvel será de R\$ 300 mil.

Os subsídios para os policiais e demais agentes será variável, de acordo com o salário.

Ele pode chegar a R\$ 2,1 mil para a tarifa de contratação do financiamento e a R\$ 12 mil no valor da entrada.

A previsão é que as condições especiais possam ser acessadas a partir de 3 de novembro.

De acordo com o Planalto, o programa integrará, "no que couber, o programa Casa Verde e Amarela, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional".

No evento, o presidente da Caixa, Pedro Guimarães, afirmou que o banco anunciará nesta semana uma redução em taxas de juros cobradas em financiamentos habitacionais. O movimento ocorre em um momento de alta na Selic (taxa básica de juros).

"A Caixa vai reduzir os juros. Não está aumentando a Selic? Então a Caixa, com o lucro que nunca teve, sem roubar, vai diminuir os juros da casa própria. Mas isso fica para quinta-feira (16)", disse.

Guimarães não apresentou detalhes sobre a redução das taxas.

Participaram da cerimônia o vice-presidente Hamilton Mourão, os ministros Anderson Torres (Justiça e Segurança Pública), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Paulo Guedes (Economia), João Roma (Cidadania), Augusto Heleno (GSI), Wagner Rosário (CGU) e Onyx Lorenzoni (Trabalho), e Gustavo Montezano, presidente do BNDES.

Na plateia, estiveram presentes membros da bancada

da bala, como o presidente da frente, Capitão Augusto (PL-SP), e os deputados Capitão Derrite (PP-SP), Coronel Tadeu (PSL-SP) e Major Fabiana (PLS-RJ).

Ao final do seu discurso na cerimônia, Bolsonaro propôs às Assembleias Legislativas do país elaborem um projeto como uma espécie de vaquinha: quando um policial ou bombeiro morrer, seus colegas de profissão doam R\$ 10 para a família do morto.

A proximidade das forças de segurança com o governo Bolsonaro tem preocupado especialistas, que apontam risco de politização das corporações. Os receios aumentaram no final de maio, após episódios em que policiais militares em Pernambuco e Goiás abusaram das funções durante atos contra o presidente.

Além do mais, os dias que antecederam a manifestação pró-Bolsonaro de 7 de Setembro foram marcados por temores pela possível participação de policiais defensores do presidente.

É comum Bolsonaro ir a formaturas de Forças Armadas e de policiais militares.

No início de junho, ele foi à formatura do curso de aperfeiçoamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

Na ocasião, na Academia de Polícia Militar de Brasília, dois altos oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal invocaram o lema da campanha eleitoral do presidente em 2018, "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

Em dezembro do ano passado, Bolsonaro prestigiou 845 soldados formandos da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Foi quando disse que os Poderes são independentes, mas o poder é do povo.

Também foi nessa cerimônia em que falou que a imprensa sempre estará contra os policiais e recomendou que eles pensem assim antes de agir.

Ainda em junho, ao sair de um culto na cidade de Anápolis (GO), Bolsonaro desceu do carro para cumprimentar um a um, com aperto de mão, policiais militares designados para fazer a segurança do evento.

Também mirando a categoria, o presidente é um defensor do excludente de ilicitude. Esse projeto quer que agentes de segurança que cometam excessos em operações tenham penas abrandadas.

Policiais e integrantes das Forças Armadas sempre foram o público de Bolsonaro ao longo de sua carreira política. Desde o início do governo, houve também momentos de incômodo de lideranças da área de

segurança com o governo.

Integrantes da "bancada da bala" no Congresso pressionaram pela recriação do Ministério da Segurança Pública, a partir do desmembramento da Justiça, mas o pleito não foi atendido.

Os problemas com congressistas ligados a policiais foi um dos motivos para a escolha de Anderson Torres como novo ministro da Justiça. Com relação estreita com a chamada bancada da bala, o delegado federal tem como desafio buscar reaproximar a frente parlamentar do Palácio do Planalto.

**Inflação** reajusta valor de teto no Casa Verde e Amarela

Thiago Resende

O Conselho Curador do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) aprovou nesta segunda-feira (13) um aumento no teto do valor de imóveis que podem ser financiados pelo programa Casa Verde e Amarela.

O reajuste era pedido pela indústria de construção civil, que registra elevação nos custos de construção de imóveis.

Pela proposta aprovada, há uma correção no teto do valor do imóvel nos municípios com população entre 20 mil e 50 mil habitantes (10% de aumento), com população entre 50 mil e 100 mil habitantes (15%) e municípios maiores, inclusive regiões metropolitanas (10%).

Não há mudança para os municípios com menos de 20 mil habitantes.

Com o reajuste, o valor máximo do imóvel do programa habitacional em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília subirá de R\$ 240 mil para R\$ 264 mil.

Para municípios com mais de 100 mil habitantes ou regiões metropolitanas da região Sul, do Espírito Santo e de Minas Gerais, o teto passa de R\$ 215 mil para R\$ 236,5 mil.

Os valores variam de acordo com a região do país e com o tamanho da cidade. O maior teto é o das regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília (R\$ 264 mil). O menor é de R\$ 135 mil para cidades com menos de 20 mil habitantes nas regiões Norte e Nordeste.

Na reunião do Conselho, foi citado que o último amplo reajuste do teto do valor de imóveis do programa habitacional ocorreu em fevereiro de 2017.

Além disso, os membros do grupo ressaltaram que a **inflação** no setor de construção é de 17,35% no acumulado de 12 meses.

Em nota, a Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) comemorou a decisão do colegiado e informou que trabalhou intensamente nos últimos sete meses pela proposta.

Outra medida defendida pela entidade, e que foi aprovada nesta segunda, prevê a redução temporária de 0,5 ponto percentual na taxa de juros, até 31 de dezembro de 2022, para as pessoas com renda de R\$ 4 mil a R\$ 7 mil (faixa 3 do programa Casa Verde e Amarela) e que são cotistas do FGTS.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>**

**68**

# EUA descartam acordo com Brasil, diz assessor de Biden

**Rafael Balago**

A chance de o Brasil obter um acordo comercial amplo com os Estados Unidos atualmente é pequena, pois o governo de Joe Biden está focado neste momento em questões internas do país, disse Daniel Watson, representante-assistente do Departamento de Comércio dos EUA para o Hemisfério Ocidental.

"O presidente Joe Biden deixou claro que não faremos novos acordos comerciais agora, e que a prioridade são os projetos de investimento doméstico que estão no Congresso", afirmou, em um debate virtual na sexta (10), mencionando os pacotes trilionários de infraestrutura e de direitos sociais em análise neste mês.

Watson também afirmou que o manejo das questões ambientais pelo Brasil terá grande peso na hora de negociar um acordo do tipo, que depende de aval do Legislativo. "Continuamos a ouvir preocupações muito fortes de alguns membros do Congresso sobre a Amazônia, em relação ao desmatamento, direitos indígenas e direitos humanos. Essas são coisas que irão inevitavelmente afetar o ambiente para nossa relação com o Brasil", disse o representante.

Ele ressaltou que a questão ambiental é central para o governo Joe Biden. "A abordagem nova para o comércio trazida pelo governo atual inclui as mudanças climáticas e as questões trabalhistas", disse.

As declarações foram dadas na sexta (10), durante um evento virtual organizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Wilson Center, think tank sediado em Washington.

Antes da fala do americano, o embaixador Pedro Miguel Costa e Silva, secretário de Negociações Bilaterais e Regionais do Itamaraty, havia reafirmado que o Brasil deseja um acordo comercial amplo com os EUA, mas que está disposto a negociar os temas em blocos separados.

"Estamos prontos para nos engajar em diferentes temas, como mudança climática, proteção da Amazônia e direitos trabalhistas", afirmou Silva. "Temos indicado aos nossos colegas dos EUA que temos flexibilidade e mente aberta para avançar."

Um tratado do tipo retiraria barreiras e taxas na circulação de mercadorias e serviços entre os dois países. Um estudo do Ipea aponta que um acordo comercial amplo, que facilitasse a troca de mercadorias entre os dois países, poderia gerar um aumento de US\$ 50,2 bilhões nas exportações brasileiras até 2035, o que geraria um aumento de 0,41% do **PIB** (produto interno bruto) nacional.

Um acordo do tipo beneficiaria especialmente os setores brasileiros de petróleo e gás, metalurgia, indústria química, equipamentos de transportes, alimentos, bebidas e serviços.

O governo de Jair Bolsonaro (sem partido) tem buscado um acordo comercial amplo entre Brasil e Estados Unidos desde o começo da gestão. No entanto, mesmo durante o mandato do presidente Donald Trump, que tinha maior alinhamento ideológico com Bolsonaro, o governo americano buscou negociar primeiro mudanças pontuais. Em 2020, outro representante do governo americano também disse que não havia planos de fechar um acordo de livre-comércio com o Brasil.

O Ipea apontou que o peso dos EUA no comércio exterior brasileiro teve queda no ano passado. O mercado norte-americano passou a receber 10% das exportações brasileiras -antes eram 15%, e o Brasil passou a corresponder por 1% do total de produtos comprados pelos EUA no exterior. Antes, representava 1,5%.

Em 2020, o total das exportações para a China foi três vezes maior do que o volume enviado ao país da América do Norte, e que as importações da China foram 50% superiores às dos EUA.

Apesar de apontar as dificuldades para um acordo amplo, Watson disse que há grande espaço para ampliar as relações comerciais entre os dois países, e citou a atualização do Atec (Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, na sigla em inglês), em outubro de 2020, que tem como objetivo reduzir burocracias e facilitar a troca de mercadorias e investimentos entre os dois países, além de reforçar a cooperação no combate à corrupção.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

68

# 'Risco Lula' é o de o Brasil voltar a crescer (Artigo)

*Aloizio Mercadante e Guilherme Mello Mercadante é doutor em economia, ex-deputado, senador e ministro da Educação, Ciência e Tecnologia e Casa Civil e presidente da Fundação Perseu Abramo do PT; Mello é professor do IE-Unicamp (Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas), coordenador do programa de pós-graduação em desenvolvimento econômico do IE-Unicamp e coordenador do Núcleo de Economia ligado à Fundação Perseu Abramo.*

Em recente entrevista à Folha, o economista Edmar Bacha atualizou o malfadado bordão "uma escolha muito difícil", que nos legou o bolsonarismo e o atual desastre político, econômico, social, ambiental e institucional. Segundo Bacha, sua busca incansável por uma candidatura da direita liberal tradicional se justificaria pois "Bolsonaro é um risco à democracia do Brasil e Lula é um risco à economia".

Que Bolsonaro é um risco à democracia, os progressistas já o sabiam muito antes de ele se eleger. Ele nunca escondeu a defesa da ditadura, da tortura, da censura, mas alguns que hoje defendem a "terceira via" o apoiaram abertamente no segundo turno ou se omitiram, pactuando com esta tragédia que o Brasil atravessa. Agora, que Lula representa "risco econômico" é delírio ideológico sem nenhum amparo nos fatos e na história recente o país. É fake news requentada, largamente utilizada nas eleições de 2002, quando a esperança venceu o medo.

Não é apenas a democracia brasileira que está em risco, a situação sanitária, econômica e social do povo brasileiro nunca esteve pior.

Nos últimos anos, temos assistido o assombroso aumento da pobreza, da miséria e da fome no Brasil. De acordo com a Oxfam, mais da metade do Brasil hoje se encontra em uma situação de insegurança alimentar, sendo que 43,4 milhões se encontram em situação moderada ou grave de insegurança alimentar (quando falta comida no prato). Em 2021, é possível que a pobreza atinja 30% da população, puxado pela massificação do desemprego e do desalento, que já atingem mais de 20 milhões de brasileiros. Para piorar, a **inflação** da baixa renda (INPC) superou 10% no acumulado de 12 meses em agosto, refletindo a alta do preço de alimentos, energia elétrica, gás e combustíveis.

Esse trágico estado de coisas é, sobretudo, fruto do

fracasso da repetição da agenda neoliberal e ortodoxia fiscal que vigora no Brasil desde 2016, desmontando os instrumentos de atuação do Estado, liquidando o patrimônio público e retirando direitos sociais numa promessa nunca alcançada de retomada do crescimento e do emprego.

Essa agenda fracassou na década de 1990, volta a fracassar agora e está sendo questionada internacionalmente. Mas, para alguns, a "ficha nunca cai".

Curiosamente, nada disso ocorria no tempo em que o presidente que fará "mal para a economia" governou o país. Ao contrário, no governo Lula, o **PIB** cresceu a uma taxa média de 4% ao ano, alcançando o posto de 6º maior economia do mundo; o desemprego se reduziu sistematicamente, partindo de 12,4% em 2003 para 6% em 2011; a desigualdade medida pelo índice de Gini caiu de 0,580 em 2003 para 0,531 em 2011; a pobreza declinou rapidamente, saindo de 28% da população em 2003 para 12,4% em 2011, com a geração de mais de 23 milhões de empregos formais. Como o aumento do emprego e a **inflação** controlada, o poder de compra do salário mínimo cresceu, se valorizando quase 30% em relação a cesta básica entre 2003 e 2010.

Diferente do que quer nos fazer crer Bacha, esse desempenho não decorreu de sorte (ciclo de commodities) nem de uma herança positiva dos governos anteriores. Ao contrário, a situação da economia brasileira em 2003 era de enorme fragilidade cambial e fiscal. O país estava quebrado, sem reservas internacionais e submisso ao FMI; a **inflação** já superava dois dígitos e o desemprego atingia quase 12% da população; a dívida pública líquida, que era de 29,5% do **PIB** em 1995, atingiu 60% do **PIB** em 2002, mesmo após a elevação da Carga Tributária Bruta de 25% para 32% entre 1993 e 2002.

Na época tentaram, como sempre, jogar a culpa do fracasso do neoliberalismo no PT, mas a fake news não vingou.

O cenário externo favorável e a nova política externa certamente contribuíram para a acumulação dos mais de US\$ 370 bilhões durante os governos petistas, responsável por blindar o país do drama das crises

cambiais. Mas todos os estudos sobre o período demonstram que o ciclo de commodities (que também promoveu uma melhoria expressiva nos termos de troca entre 1990 e 1997) foi absolutamente insuficiente para explicar o processo de crescimento inclusivo do período.

As políticas de valorização do salário mínimo, a implantação do Bolsa Família, o Luz para Todos, a ampliação do crédito, a recuperação dos investimentos públicos e as demais políticas distributivas foram os pilares sobre os quais se assentou a construção de um amplo mercado de consumo de massas e o período mais positivo do desenvolvimento econômico nacional recente.

Finalmente, no Brasil o setor externo tem um impacto reduzido no **PIB**. O fator mais importante para o crescimento é o consumo das famílias. Desconhecer isso é desconhecer fatos básicos da economia do Brasil. Nosso país cresceu, eliminou fome e pobreza extrema e distribuiu renda porque o "perigoso" Lula colocou os pobres no orçamento, em processo semelhante ao que a verdadeira socialdemocracia europeia fez no pós-guerra.

O que mais nos assusta não é apenas a distância das opiniões de Bacha em relação à realidade da economia brasileira, mas também em relação ao debate e às mudanças na economia internacional. A agenda que Bacha professa ainda é a mesma da década de 1990, já superada mundo afora, inclusive nos países em desenvolvimento. Seu legado não foi positivo e foi alvo de "autocrítica" inclusive de seus defensores originais.

Mesmo o debate da abertura comercial unilateral soa ingênuo, lembrando o que foi feito na década de 1990 quando o país, ao invés de utilizar as salvaguardas garantidas pela rodada do Uruguai, optou por uma abertura unilateral, em um cenário de câmbio sobrevalorizado e escassez de financiamento para o setor produtivo. O resultado é bem conhecido: o Brasil foi um dos países com a mais veloz desindustrialização precoce do mundo, fato que precisa ser enfrentado pelos próximos governos visando reindustrializar o país, gerando empregos de qualidade e inovação.

Após a crise de 2008/9 e com a crescente financeirização, concentração de renda e de patrimônio, que fez o capitalismo retroceder aos vergonhosos padrões do início do século XX, a agenda neoliberal foi atropelada pela China e gradualmente perdeu força. Atualmente, todos os países relevantes do mundo têm se afastado dela, compreendendo o papel central do Estado na indução dos investimentos, na regulação econômica e na

distribuição da renda. Exemplo inequívoco dessa mudança é o plano Biden, emulado em diversos países europeus. Na periferia, as mudanças na Constituição e sociedade chilena são um exemplo do fracasso da política neoliberal.

O único risco que Lula representa para a economia brasileira é de o país voltar a crescer e distribuir renda, colocando os pobres no Orçamento e os ricos para pagarem imposto de renda, com **inflação** baixa e estabilidade macroeconômica. É o risco de reconstruir a democracia e o país, devolver a esperança e a autoestima ao povo do Brasil. O resto não passa de superado e obtuso macartismo econômico.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49668>

# A vez da agenda social - ANA CARLA ABRÃO

**ANA CARLA ABRÃO**

Começou cedo demais, infelizmente.

A corrida eleitoral toma a cena num País castigado pelo desemprego, pelo aumento da pobreza e da desigualdade, pela inflação e pelos efeitos da pandemia, que agravaram os problemas que já existiam.

O debate, hoje, oscila entre o populismo escancarado de quem quer garantir sua sobrevivência política em 2022 e as promessas ilusórias de uma recuperação econômica "robusta" que ignoram a realidade. As ameaças à democracia deram uma trégua, quiçá mais do que momentânea.

Mas, enquanto isso, o País segue à deriva, sem uma agenda coordenada de governo, como que acreditando que os problemas irão se dissipar.

Nada aponta para essa direção.

Largada à sorte dessa maré eleitoral que chegou cedo demais, é hora de salvar a agenda social brasileira dessa correnteza.

Indevidamente apropriado pela esquerda (como se prerrogativa dela fosse) e abandonado pelo atual governo (como se liberalismo se confundisse com desprezo aos pobres), esse deveria ser o tema central de um debate sério sobre o nosso desenvolvimento. Afinal, políticas públicas devem focar em enfrentar nossos maiores problemas. Pobreza, desigualdade e baixa mobilidade social certamente estão entre os maiores deles. Aliviar os efeitos da pobreza, como nos ensina Ricardo Paes de Barros em mais um excelente podcast da Casa das Garças, exige focalização e evoluções no Bolsa Família (e que pouco têm a ver com o projeto encaminhado pelo governo e, menos ainda, com uma desnecessária mudança do nome).

No caso dos outros dois, exige mais tempo e políticas públicas mais complexas.

É nesse campo mais complexo que surgem as contribuições do IMDS (Instituto de Mobilidade e Desenvolvimento Social). Fundado por Armínio Fraga e dirigido por Paulo Tafner e Sergio Guimarães, o IMDS vem levantando dados e elaborando estudos

que visam a contribuir para o entendimento da nossa rigidez social e para a construção de políticas públicas que aumentem a mobilidade social no Brasil. Em agosto deste ano, o instituto publicou o relatório "Mobilidade Intergeracional: Análise por décadas de nascimento dos filhos - de 1920 a 1980". Com base em microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1996 a 2014, o estudo confirma os avanços na universalização da educação e do aumento da média de anos de escolaridade no Brasil. Mais do que isso, o trabalho apresenta evidências dos avanços na mobilidade educacional intergeracional.

Os números mostram que o percentual de filhos sem instrução (independentemente da instrução do pai) passou de 45%, entre os nascidos nos anos 1920, para 2,2% entre os nascidos nos anos 1980. Houve, além disso, um enorme salto no percentual de filhos cujos pais tinham no máximo ensino fundamental incompleto, que alcançaram pelo menos o ensino médio. Esse número aumentou 10 vezes, passando de 5,03% para 53,12%. A nota dissonante vem no que o estudo sugere ser um aumento no chamado privilégio intergeracional no nível de escolaridade superior, ao mostrar que entre as décadas de 1970 e 1980 houve queda de 75,7% para 71,3% na probabilidade de filhos de pais com ensino superior completo também concluírem um curso superior.

Além disso, na comparação internacional, o copo meio vazio predomina sobre o meio cheio. Replicamos como poucos no mundo a desigualdade com a baixa mobilidade educacional nas camadas mais baixas de renda.

O estudo precisará evoluir no tempo para entendermos o que aconteceu nas décadas seguintes - e em particular na última, em que patinamos em quase tudo.

Mas não há dúvidas de que este é um exemplo da importância de usarmos evidências e dados para se avançar no desenho e implementação de políticas públicas. Queremos maior mobilidade social? Precisamos, então, entender as bases sob as quais ela funciona (ou trava). Para isso, há de se entender como evoluímos e quais os motores ou entraves a essa evolução.

Sim, queremos igualdade de oportunidades para que a trajetória socioeconômica de um indivíduo esteja ligada às suas habilidades e ao seu esforço, e não mais só à loteria do nascimento. Daí porque políticas sociais que geram inclusão produtiva e mobilidade são tão relevantes.

Nesse campo, nada mais óbvio do que elencar a educação como a mais poderosa delas e construir uma agenda baseada em evidências.

Mas, no Brasil negacionista de hoje, o óbvio deixou de sê-lo. Por isso, vale trazer à luz exemplos que poderão nos ajudar a construir as novas agendas.

Em particular no campo social, é hora de elencar nossas prioridades.

ANA CARLA ABRÃO, ECONOMISTA E SÓCIA DA CONSULTORIA OLIVER WYMAN. O ARTIGO REFLETE EXCLUSIVAMENTE A OPINIÃO DA COLUNISTA

**Notícias Relacionadas:**

O POPULAR - GO  
A vez da agenda social

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Dólar e desorganização na cadeia produtiva fazem preços de carros disparar

**Lucianne Carneiro**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

# Cenário para déficit externo em 2022 piora

**Alex Ribeiro**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187005?page=1&section=1)